

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS REALEZA**

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MAICON DOUGLAS DE CASTRO COITO

**DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA COOPERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES:
A RELAÇÃO ENTRE IES PÚBLICAS A PARTIR DO CASO UFFS-IFPR**

REALEZA

2025

MAICON DOUGLAS DE CASTRO COITO

**DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA COOPERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES:
A RELAÇÃO ENTRE IES PÚBLICAS A PARTIR DO CASO UFFS-IFPR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Luís Marangon

REALEZA

2025

MAICON DOUGLAS DE CASTRO COITO

**DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA COOPERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES:
A RELAÇÃO ENTRE IES PÚBLICAS A PARTIR DO CASO UFFS-IFPR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 10/07/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Luís Marangon – UFFS
Orientador

Prof. Dr. Antônio Marcos Miskiw – UFFS
Avaliador

Prof. Me. Marcos Fernando Schmitt – IFPR
Avaliador

Dedico este trabalho a minha mãe Almerinda, minha companheira Daiane e ao meu filho Miguel, sendo a base e a força para que eu pudesse concluir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todo o amparo e força espiritual que me proporcionou durante esta caminhada. A minha mãe Almerinda, minha esposa Daiane (pelo apoio e incentivo constante); ao meu filho Miguel (recém nascido), fonte de inspiração e perseverança durante minha jornada acadêmica.

Também quero agradecer grandemente à UFFS - Campus Realeza e aos professores que farão para sempre parte da minha história, vida profissional e formação crítica diante dos desafios. Gostaria de registrar os seguintes nomes: Prof. Antônio, Prof. Márcio, Profa. Vanessa, Prof. Beal, Prof. Oto e todos os demais professores que lecionaram e tem um lugar especial em meu coração.

Aos meus colegas que por muitas vezes foram fonte de conforto, resistência e desabafo (Risos). Especialmente à Silvânia e a Bruna, presentes desde o início da graduação.

Gratidão ao meu professor orientador - pelo incentivo, correções, ensinamentos e ao mesmo tempo pela forma leve de conduzir todo o processo.

Obrigado a todos por fazerem parte desse sonho realizado em minha vida. Viva a Universidade Pública.

O objetivo primordial e necessário de toda a existência deve ser a felicidade, mas a felicidade não pode ser obtida individualmente; é inútil se esperar pela felicidade isolada; todos devem compartilhar dela ou então a maioria nunca será capaz de gozá-la. (Robert Owen).

RESUMO

A presente monografia consiste na abordagem teórica das relações e cooperações interorganizacionais, primeiramente, trazendo uma base conceitual desses termos, mas também buscando trazer a importância, necessidade e interesse das instituições envolvidas. Além disso, aponta algumas dificuldades a serem enfrentadas quando se trata de gestão educacional e acordos de cooperação técnica. Bem como, aponta possibilidades e impotências de cooperação, trazendo para o modelo mais próximo de nós que é o Acordo de Cooperação entre a UFFS – Campus Realeza e o IFPR – Campus Capanema e o surgimento de sua necessidade. A pesquisa foi articulada em torno de acordos de cooperação interorganizacional, em especial entre entes públicos. Para além disso, o trabalho traz uma análise de conjuntura, com um breve histórico político e social dos acontecimentos que culminaram na criação da UFFS – Campus Realeza. Posteriormente, análise de cenários, atores e acontecimentos que resultaram na criação do Curso de Administração Pública no Campus Realeza e a necessidade de firmar o Acordo de Cooperação Técnica entre a UFFS – Campus Realeza e o IFPR – Campus Capanema. O que evidencia a importância e o papel da universidade pública na transformação social, principalmente em regiões interiorizadas. Por fim, o estudo faz um resgate das dificuldades e desafios na implantação de acordos de cooperação em nível macro, abordando de forma mais pontual o Acordo de Cooperação supracitado, apontando possíveis soluções para desembaraçar e tornar efetiva o cumprimento das metas estabelecidas no acordo de cooperação técnica.

Palavras-chave: Cooperação; Interorganizacional; Acordo; Universidade Pública.

ABSTRACT

This monograph consists of a theoretical approach to interorganizational relations and cooperation, firstly, providing a conceptual basis for these terms, but also seeking to highlight the importance, need and interest of the institutions involved. In addition, it points out some difficulties to be faced when it comes to educational management and technical cooperation agreements. It also points out possibilities and impotences of cooperation, bringing to the model closest to us, which is the Cooperation Agreement between UFFS – Realeza Campus and IFPR – Capanema Campus and the emergence of its need. The research was articulated around interorganizational cooperation agreements, especially between public entities. In addition, the work presents an analysis of the current situation, with a brief political and social history of the events that culminated in the creation of UFFS – Realeza Campus. Subsequently, an analysis of scenarios, actors and events that resulted in the creation of the Public Administration Course at the Realeza Campus and the need to sign the Technical Cooperation Agreement between UFFS – Realeza Campus and IFPR – Capanema Campus. This highlights the importance and role of public universities in social transformation, especially in inland regions. Finally, the study reviews the difficulties and challenges in implementing cooperation agreements at a macro level, addressing the aforementioned Cooperation Agreement in more detail, pointing out possible solutions to untangle and make effective the fulfillment of the goals established in the technical cooperation agreement.

Keywords: cooperation; interorganizational; agreement; university public.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Banner de divulgação da Aula Inaugural do Curso de Administração Pública.....31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais indicadores estruturais das relações interorganizacionais.....	20
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
CND	Certidão Negativa de Débitos
CRF	Certificado de Regularidade do FGTS
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

LISTA DE SÍMBOLOS

Σ	Somatório
\neg	Negação lógica
\cap	Intersecção

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Relações/Ações/Redes interorganizacionais e sua importância.....	18
2.1 Acordo de Cooperação Uffs E Ifpr: uma Análise de Conjuntura.....	25
2.2 Uma breve análise histórica.....	26
2.2.1 Acontecimentos.....	27
2.2.2 Atores.....	30
2.2.3 Relações de forças.....	31
3. Necessidades e potencialidades do Acordo a partir do convênio UFFS-IFPR.....	34
4. Considerações Finais.....	40
REFERÊNCIAS.....	44

1. INTRODUÇÃO

O aumento do número de vagas de graduação nas universidades públicas é algo perceptível no Brasil. Desde a criação do Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, percebe-se o esforço governamental em ampliar a oferta de cursos nas mais diversas áreas e níveis.

No entanto, apesar de todo o empenho disposto em prol da expansão da educação pública, dados do Censo da Educação Superior 2022 revelam que 39,6% das vagas em instituições públicas não são preenchidas¹, dado este que parece revelar uma dupla possibilidade de análise: de um lado, parece haver certa saturação no número de oferta em determinados Campus, ou, a dificuldade de permanência na Universidade por diversas questões (dado este, que demonstra a importância das políticas públicas educacionais no sentido da atração e permanência de educandos no ensino superior).

Por outro lado, é possível imaginar que, se estas vagas fossem ofertadas em outras cidades (da mesma região, para evitar a centralização de vagas), teríamos grandes possibilidades de ver as mesmas sendo preenchidas. Contudo, sabe-se que esta “migração” de vagas não é possível pois depende da realocação de estrutura física e, principalmente, na estrutura humana, ou seja, corpo docente e técnico administrativo. Neste sentido, a ampliação da oferta de cursos de graduação em universidades públicas, como é o caso da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), sofre dificuldades com a falta de recursos físicos e financeiros - No segundo semestre de 2024, por exemplo, o governo federal editou o decreto nº 12.120, de 30 de julho de 2024², onde confirmou o bloqueio de 1,28 bilhões da pasta da educação, tornando ainda mais difícil a operacionalização do ensino superior a nível federal - ao mesmo tempo que tem demandas que poderiam reaproveitar a quantidade de vagas abertas e vagas nas Universidades Públicas.

Nessa perspectiva, é possível perceber uma “encruzilhada” pedagógica e administrativa: de um lado, cursos com oferta de vagas e com dificuldade em preenchê-las,

¹ Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 26 de Setembro de 2024.

² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12120.htm - DECRETO Nº 12.120, DE 30 DE JULHO DE 2024. Acesso em: 22 de Setembro de 2024.

fato este que precisa de uma análise de conjuntura por parte do governo para encontrar soluções; de outro lado, há regiões que carecem de disponibilidade de vagas, porém, não conseguem atender esta demanda pois falta corpo docente para a constituição dos cursos necessários. Diante desta, a cooperação interorganizacional surge como uma solução no enfrentamento da escassez de recursos, principalmente os acordos com viés acadêmico.

Segundo Paiva (2019) “o acordo de cooperação acadêmica [...] é o instrumento que formaliza as intenções e relações interinstitucionais com fins de colaboração acadêmica, técnica e científica”, em outras palavras, é possível apontar que um acordo deste porte pode impulsionar uma rede, algo que, para Inojosa (1999) significa envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais. O que significa que essa forma de articulação beneficia mutuamente instituições com objetivos comuns, ao passo de atender demandas sociais, econômicas e estruturais, a depender da necessidade cooperativa.

Um exemplo para abordar a cooperação interorganizacional são os acordos de cooperação, os quais, podem ser conceituados como “o instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica” (Coordenação de Convênios - UFJF). Estes visam à execução de programas de interesse recíproco sem a obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

A cooperação interorganizacional, principalmente através de acordos de cooperação entre instituições de ensino, tem se expandido no sentido de fortalecer o ensino, pesquisa e extensão em nível macro, principalmente através de acordos internacionais.

Nessa toada pouco, ou muito pouco, se fala da cooperação entre instituições de ensino interiorizadas com características semelhantes, que visem ampliação de vagas, solidificação de cursos e otimização de recursos ditos escassos nessas instituições, e que são fundamentais para a manutenção/oferta de cursos. No entanto, é crucial perceber que os acordos de cooperação técnica se apresentam como um excelente instrumento de parceria entre instituições de ensino, principalmente - diante dos desafios aqui apresentados - para as IES Públicas, pois buscam minimizar impactos associados à gestão pública de forma conjunta, sem ferir a autonomia dos membros conveniados.

Um exemplo claro deste modelo de acordo é o Acordo de Cooperação Técnica entre o IFPR (Instituto Federal do Paraná) – Campus Capanema/Barracão e a UFFS – Campus Realeza, o qual, constitui um instrumento jurídico criado em 2020, a partir de demandas sociais e institucionais que se reivindicavam à criação de um Curso de Administração Pública

para atender as demandas locais e regionais. Este acordo, a saber, foi determinante para a promoção do desenvolvimento de atividades relacionadas à criação e ao fortalecimento de cursos de graduação, em especial do Curso de Administração Pública, bem como, cooperação em atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoamento das atividades administrativas entre as entidades. Aperfeiçoando-se a partir das demandas e das leituras sociais.

Para ajudar a abordar este tema, utilizar-se-á Inojosa (1999) que nos ajuda a refletir sobre as redes de compromisso social. Também, Balestrin, A., Verschoore, J. R., & Reyes Junior, E.. (2010), que nos apresenta o campo de estudo das redes de cooperação interorganizacional. Bem como, Malmegrin (2011), nos traz a temática da gestão de redes de cooperação na esfera pública, muito importante no cumprimento de metas de acordos e parcerias. Não menos importante, Frias, R. P. C.; Siqueira, R. da C.Xavier Filho, J. L. J.Fernandes, N. M. (2021), nos fornecem importante embasamento teórico em relação a cooperação interorganizacional, assim como Cavalcanti (2008), nos traz ensinamentos sobre gestão social, estratégias e parcerias.

A partir destes e outros autores, e da temática aqui apresentada, o texto alavancará algumas questões, pertinentes para a análise do desenvolvimento de Políticas Públicas mais efetivas em relação a estas lacunas apresentadas no campo da educação. A principal delas é: qual a importância de um acordo de cooperação técnica para a constituição, manutenção e aperfeiçoamento dos cursos desenvolvidos nas instituições públicas de ensino? E desta, embora não estejam como pergunta principal, segue este mesmo caminho e encontram-se alinhadas à mesma, como por exemplo: Como se dá o acordo de cooperação como acordo interorganizacional? Qual a sua importância e quando ele é necessário ou interessante de ser utilizado? O que é cooperação? O que é interorganizacional? Qual a sua importância para as instituições envolvidas? Quais as dificuldades do governo em estabelecer políticas públicas de educação? Como associar a diminuição de educandos e o aproveitamento de professores através de acordos de cooperação técnica? Quais as possibilidades e impotências da cooperação?

Diante de tantas perguntas, e do curto espaço de tempo para responder às mesmas, decidiu-se como recorte por analisá-las a partir de um modelo relacionado ao Campus da UFFS-Realeza. Trata-se do Acordo de Cooperação Técnica entre UFFS e IFPR. Assim, acredita-se que um olhar sobre o cenário local, e da necessidade da constituição de um acordo de cooperação técnica entre as instituições, encontre-se fatos pertinentes de ser analisado e que contribuam, tanto para entender como surge a necessidade da celebração do acordo e qual

o histórico na UFFS como instituição, bem como, quais as circunstâncias para a possibilidade do acordo e as necessidades, potencialidades e lacunas que foram se desenvolvendo no decorrer do projeto. Através deste exemplo a ser analisado, buscar-se-á alguns apontamentos de como se dá o impulsionamento de políticas públicas com o uso da cooperação interorganizacional, bem como, trará vislumbres de horizontes possíveis para tornar os acordos de cooperação ainda mais eficientes e potencializadores, principalmente para as demandas das universidades públicas.

Entende-se que, debruçar-se sobre tal pesquisa, contribuirá para o meio acadêmico descortinar alternativas para a ampliação de vagas, mesmo quando os recursos são escassos. Além disso, poderá servir de aporte para as instituições de ensino que buscam ampliar atividades ou até mesmo se manter em funcionamento, uma vez que o modelo cooperativo institucional pode oferecer o subsídio necessário para a manutenção das atividades.

Como hipótese, indica-se que, no que se refere aos aspectos sociais, tratar da cooperação técnica entre instituições na ampliação do número de vagas, proporcionará benefícios para as políticas públicas educacionais de forma geral, bem como será possível perceber as carências, os alcances e as potencialidades que a parceria entre instituições de ensino é capaz de produzir. Com isso, pesquisar essa temática é uma forma de apresentar a eficácia de uma solução ainda pouco utilizada no meio acadêmico local e principalmente interiorizado. E que, pode ser amplamente utilizado na pesquisa, no ensino, na extensão, no compartilhamento estrutural, de equipamentos e de recursos humanos e técnicos.

Para desenvolver esta pesquisa, escolhe-se o caminho da pesquisa básica do tipo explicativa, ou seja, sem previsão de aplicação prática, mas com uso de método observacional. Já a metodologia utilizada para desenvolver essa pesquisa será o estudo de caso, sendo sedimentado pela análise bibliográfica. Este percurso ficará evidenciado quando visto pela distribuição deste trabalho, o qual será edificado da seguinte forma: na sua primeira parte trará análises interorganizacionais e sua importância; na segunda parte trará uma análise de conjuntura para demonstrar a necessidade do Acordo de Cooperação Técnica entre UFFS e IFPR e, na terceira e última parte do referencial teórico, abordará as necessidades e potencialidades do respectivo acordo deduzindo para o macro novamente. Deseja-se que o texto possa estar claro e seja portador de boas contribuições.

2. RELAÇÕES/AÇÕES/REDES INTERORGANIZACIONAIS E SUA IMPORTÂNCIA

Como vem sendo noticiado, o cenário econômico atual não tem se apresentado favorável à população consumidora e tampouco as instituições públicas e privadas sejam elas em âmbito internacional e muito menos no âmbito nacional. O aumento da inflação dos alimentos, conflitos econômicos e geopolíticos, elevação das taxas de câmbio e Selic são alguns pontos que estão na pauta tanto do governo como do mercado. Segundo a Carta de Conjuntura nº 66 - 4º trimestre de 2024 do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada):

Há momentos em que o ritmo dos acontecimentos se acelera, com efeitos claros na conjuntura econômica. Isso parece ter ocorrido nos últimos seis meses, período marcado simultaneamente pelos efeitos econômicos e geopolíticos [...] O referido cenário internacional – caracterizado por níveis de incerteza anormalmente altos nos países centrais por conta da perspectiva de rupturas históricas no padrão de funcionamento da economia mundial – teve efeitos claros sobre a economia brasileira [...]

Diante desse cenário, fica cada vez mais evidente a importância das entidades encontrar alternativas para adaptar-se e “sobreviver” em meio a tantas e constantes mudanças e rupturas. Assim sendo, é possível perceber várias tentativas de diferentes formas e tamanhos e, uma delas, é o movimento de se organizarem em rede, para delinear oportunidades diante dos desafios apresentados pelas organizações envolvidas, como forma para se sobressair, inovar e até manter seus projetos. Disso recorre-se a necessidade de compreender um pouco mais sobre os processos interorganizacionais.

Por “interorganizacional” entende-se como a interação entre organizações díspares. Segundo o dicionário online Priberam da língua portuguesa, interorganizacional é “Que se realiza entre organizações (ex.: cooperação interorganizacional)”, assim, o termo flerta diretamente com a cooperação. Cooperar é trabalhar em conjunto em prol de objetivos comuns. Para Scopinho (2007, p.84): “[...] o trabalho cooperado explicita ainda mais a diversidade sócio-cultural e a heterogeneidade dos projetos de trabalho e de vida existentes, as divergências e a predominância dos valores individualistas[...]”.

Significa trabalhar com diversidade de ideias sem que haja interferência na autonomia individual de uma ou outra instituição. Já interorganizacional não deixa de ser um sinônimo de cooperar, sendo a valorização de um resultado conjunto no enfrentamento dos desafios atuais das organizações, sejam públicas ou privadas. Para Freitas et.al. (2016, p.02):

A ideia das redes torna-se uma alternativa muito atraente para o cenário do setor público, principalmente pelas dificuldades que os gestores encontram na captação de recursos para execução de projetos. Nesse caso, quando a Administração Pública se propõe a trabalhar em conjunto com organizações privadas, cada instituição visará seu próprio interesse, porém ambas serão beneficiadas. Já quando se fala em parcerias entre duas ou mais organizações públicas, o interesse sempre será voltado para o Estado, pois o objetivo das instituições envolvidas está concentrado em suprir as demandas da sociedade.

Sendo assim, as redes interorganizacionais, independente de sua finalidade, possuem um caráter voltado para busca de soluções que atendam as particularidades dos envolvidos, mas que ao mesmo tempo são capazes de oportunizar a satisfação coletiva. Satisfação esta que, quando voltada ao serviço público, melhora a qualidade do serviço ofertado e maximiza as opções de aplicabilidade.

No que se trata do funcionamento da economia em rede, Castells (1999, p. 157) nos apresenta que:

O debate sobre a regionalização da economia global, denota, contudo, uma questão importantíssima: o papel dos governos e das instituições internacionais no processo de globalização. As redes de empresas, negociando no mercado global, são apenas uma parte da história. Igualmente importante são os atos das instituições públicas no patrocínio, na restrição e na formação do livre comércio e no posicionamento dos governos em apoio a esses personagens econômicos cujos interesses representam.

Na tabela abaixo, por exemplo, é possível perceber o cerne estrutural das relações interorganizacionais, no qual demonstra de forma sucinta o objetivo edificador de uma determinada relação em rede, e com base nesse propósito identificar seu foco, as raízes teóricas que explora e alguns exemplos de teoria que podem embasar o ideário imaginado de uma relação interorganizacional.

Constructo	Foco	Raízes teóricas	Teorias (exemplos)
Sobrevivência	Resultado	Economia	. Microeconomia . Transações econômicas
Performance financeira e não financeira			. Economia financeira . Visão baseada em recursos
Inovação			. Teorias da inovação
Legitimidade e aprendizado	Processo	Teoria organizacional	. Neoinstitucionalismo . Teoria da

			estruturação, teorias de aprendizagem
Contabilidade e justiça			. Teorias desenvolvimentistas . Teorias evolucionárias
Estrutura das relações entre organizações	Estrutura	Teoria da rede	. Teorias do capital social . Imersão estrutural

Principais indicadores estruturais das relações interorganizacionais (Steve Cropper, et.al., 2014)

Com isso, as relações interorganizacionais são estudadas através de avaliações diagnósticas de sua estrutura, muitas vezes associadas a efetividade do alcance do seu propósito. O que propicia a melhoria da qualidade nas relações e a percepção de possíveis adequações que se fazem necessárias no processo de adensamento das ações.

No caso de relações entre entes públicos, a teoria da rede com imersão estrutural é capaz de trazer uma visão mais ampla das forças e das fraquezas de ambas as instituições e trabalhar o fortalecimento basilar focado nas necessidades emanadas pela relação interorganizacional. Para Malmegrin (2011, p. 16), por exemplo:

[...] redes podem ser entendidas como conjunto de entes, no caso das organizações, com objetivos semelhantes e que atuam de forma integrada, porque dessa forma os resultados obtidos são otimizados. [...] a cooperação é um pressuposto das redes interorganizacionais, por esse motivo não seria necessário explicitá-lo, mas podemos encontrar outros tipos de redes que não apresentam a cooperação como ideia-força. É o caso de redes de elementos físicos: energia, computadores, entre outros.

Nessa perspectiva, as parcerias cooperativas entre instituições públicas vem principalmente para enfrentar as dificuldades que os governos impõem no estabelecimento de políticas públicas, geralmente atreladas a recursos financeiros políticos e culturais, como na área da educação, o que é ênfase desta pesquisa. Por isso, para Sidney L. M. Mello (2024, p.1),

As políticas públicas em Educação representam um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade para moldar o futuro no mundo. Todos os países enfrentam desafios educacionais únicos que estão profundamente interligados com os seus contextos socioeconômicos, políticos e culturais. Abordar estas questões por meio de políticas públicas é essencial para reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento sustentável.

É notória a importância das políticas públicas em educação, incrementadas com o aporte de recursos financeiros do Estado. Somente assim é possível fortalecer a produção intelectual da nação e gerar riquezas com mais potencialidade e menos exploração. No entanto, é preciso levar em consideração as particularidades dos espaços sociais em que políticas públicas são ofertadas, afinal, apresentam forte relação com a dosagem socioeconômica a ser aplicada. Assim, para Rita de Cássia Cardoso Mota (2023, p.29)

Estabelecer planos, assegurar recursos, sem levar em consideração a estrutura do sistema federalista do país, cuja marca são heterogeneidades de várias ordens como cultural, étnica, socioeconômica, associada à disparidade da distribuição da receita tributária e outras mais, só muda a posição do problema, não o resolve, e se não resolve, não atinge metas, não muda situações e nem perfis, não tem melhora significativa de modo geral, com prejuízo nos resultados da política pública educacional.

Mas atualmente o que vemos é o corte de recursos destinados à educação pública de nosso país. Segundo o portal Agência Brasil, “no período de 2000 a 2022, os quatro anos com os maiores valores de investimento nas universidades públicas federais ocorreram em 2014 (R\$ 1,5 bilhão), 2013 (R\$ 1,2 bilhão), 2011 (R\$ 1,19 bilhão) e 2012 (R\$ 1,12 bilhão)”, sendo que os anos de 2021 e 2022 as Universidades tiveram os piores investimentos dos últimos tempos: “em 2021, as verbas destinadas a investimentos nas 69 instituições de ensino federais totalizaram R\$ 131,6 milhões – a menor quantia anual investida nas universidades desde o ano 2000. Em 2022, foram R\$ 188,7 milhões – o segundo menor montante”³. Segundo Guazina e Moura (2020, p. 131)

A crise orçamentária do ensino superior brasileiro ganhou contornos dramáticos em 2019, quando o chamado “Future-se”, projeto proposto pelo Ministério da Educação, apontou para uma mudança profunda no modelo de financiamento das universidades públicas federais. No entanto, as universidades já vinham atravessando momentos de cortes profundos de recursos desde a aprovação, em dezembro de 2016, da Emenda Constitucional nº 95 (mais conhecida como PEC do Corte de Gastos) no Congresso Nacional, que restringiu boa parte das verbas de custeio e investimentos, comprometendo o pagamento de bolsas de pesquisa e a realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Para reforçar o entendimento na prática desta situação, recentemente, o Portal G1 Economia noticiou a seguinte informação: “O pacote de corte de gastos anunciado pelo

³ Dados retirados do site

[https://souciencia.unifesp.br/fctesp](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-11/painel-mostra-os-anos-de-menor-investimento-em-universidades-federais#:~:text=No%20per%C3%ADodo%20de%202000%20a,%24%201%2C12%20bilh%C3%A3o). Acesso em 20 de Junho de 2024. Mais dados podem ser acessados em <a href=).

governo federal nesta quinta-feira (29) retira R\$ 42,3 bilhões, nos próximos cinco anos, do orçamento do Ministério da Educação”⁴.

A partir destes dados e do que expressou-se acima, é possível concluir que, enquanto aumenta-se o número de educandos querendo acessar as instituições de ensino, o montante financeiro destinado às instituições públicas de ensino torna-se menor. Uma discrepância que exige criatividade do ensino público para poder contribuir com a formação gratuita e de qualidade para a população, principalmente a população de baixa renda, que mais necessita das políticas públicas governamentais.

Diante deste cenário, surgem os projetos que tem como objetivo driblar as dificuldades e contemplar as necessidades de formação da população. É o caso dos projetos de Acordo de Cooperação. Um acordo de cooperação é a união de esforços na realização de objetivos comuns, sem fazer com que as instituições percam a identidade jurídica individual e sua autonomia.

No tocante às instituições públicas de ensino, a sinergia promovida por este instrumento jurídico potencializa o serviço público prestado à sociedade, e ao território em que está inserido. O acordo pode acontecer na construção de alternativas metodológicas, pedagógicas e organizativas, que visam otimizar os recursos entre entes parceiros. E, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento institucional nutrido pelo compromisso da entrega de um ensino público de qualidade (WEBERING, 2020).

Apesar da sociedade brasileira ser fruto de uma formação histórica capitalista, que se baseia em um modelo individualista e que constantemente busca suprimir movimentos coletivos com identidade própria, é possível perceber no fagulhas de processos de cooperação como um movimento que se opõe ao individualismo, pois exige dedicação, compromisso e empenho por interesses comuns, e é sobre estes modelos de processos cooperativos que deseja-se exaltar neste trabalho. Para Webering (2020, p. 578):

O trabalho coletivo é o elo entre a inteligência, a habilidade e a engenhosidade existentes potencialmente em cada indivíduo e a forma como pode contribuir à cultura ou à *polis*, sendo a mobilização das inteligências individuais. Trabalho prescrito concretiza-se pela coordenação, já o trabalho coletivo só pode ocorrer por meio da cooperação. Esse trabalho pode ser orientado por um objetivo instrumental – conseguir produzir alguma coisa juntos –, mas o que une é a vontade de realizar uma obra comum que mobilize as relações entre os indivíduos.

⁴ Dados retirados do site

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/29/corte-de-gastos-educacao-perde-r-423-bilhoes-ate-2030-a-lvo-sao-verbos-para-ensino-integral.ghtml>. Acessado em 06 de Fevereiro de 2025.

No entanto, a cooperação como organização democrática - mas ao mesmo tempo inserida no ambiente desenvolvimentista e competitivo da sociedade-, vem sofrendo constantemente pressões internas e externas que podem desencadear em alterações de identidade e sentido do que realmente é cooperar. Podendo até mesmo se degenerar do seu objetivo finalístico. Na visão de Webering (2020, p. 572):

A tese da degeneração basicamente estabelece que as cooperativas tenderão inevitavelmente a adotar o mesmo modelo organizacional das empresas tradicionais para sobreviver, desenvolvendo gradualmente uma elite dirigente que desestimula a democracia. Devido à necessidade de incrementar a eficiência e em função disso o crescimento, as cooperativas precisam desenvolver novas estruturas e divisão do trabalho.

Diante disso, é importante falar da necessidade de aplicar técnicas de intervenção constante nos modelos cooperativos, que visam contribuir ao que se propõe a parceria ou acordo, atentando para constantes aperfeiçoamentos que permitam a cooperação a readaptação constante. Para isso, segundo Cropper (2014), é possível utilizar a avaliação de viabilidade, que permite identificar as motivações dos potenciais parceiros quando na formação de alianças. Bem como, intervenções do desenvolvimento organizacional, que apontam o engajamento dos parceiros no diagnóstico positivo e principais obstáculos enfrentados.

Dessa forma, práticas de cooperação tem melhores dimensionamentos, pois são baseadas em análises prévias e constantes que visam entender as necessidades de concepção e possíveis ajustes ao longo do processo de implantação. Esses ajustes são essenciais, pois permitem que os membros conveniados direcionam suas ações para o cumprimento dos objetivos e metas acordadas, sempre tendo em vista o desenvolvimento dos processos públicos, e com qualidade e efetividade. Ou, como evidencia Freitas, et. al. (2016, p 12.):

A análise da viabilidade da formação de parcerias envolvendo o poder público deve ser ainda mais criteriosa do que aquelas que acontecem na iniciativa privada, pois não basta simplesmente verificar o que a relação trará de benéfico para a organização, mas também qual o proveito que poderá ser tirado em prol da sociedade.

A partir deste movimento, é possível “traduzir” esta análise para o cooperativismo entre universidades públicas, mais especificamente, sobre o recorte que busca-se fazer neste trabalho para analisar a parceria entre a UFFS – Campus Realeza e o IFPR – Campus Capanema, principalmente pela ótica da importância na utilização de acordos de cooperação técnica no desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas para a expansão de vagas, compartilhamento de estruturas e prospecção conjunta de projetos.

Na análise da parceria em epígrafe, há que se sinalizar também, o rol de documentos necessários para a efetivação do acordo. Que se inicia por ofício de ambas as instituições interessadas à reitoria da Universidade demandante, para justificar e motivar a necessidade; para além disso, Minuta do Acordo; Plano de Trabalho; Formulário de indicação dos Coordenadores de Convênios, Contratos e Similares; a Lei ou Estatuto de criação das instituições envolvidas; nomeação/publicação dos reitores; CND federal; Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; CND trabalhista; Parecer do Conselho do Campus; documentos pessoais dos reitores das instituições envolvidas; Resolução de aprovação do acordo; formalização do documento de Acordo de Cooperação Técnica e do Plano de Trabalho; Plano anual de execução de metas; Parecer da Procuradoria Federal junto à Universidade; acato do reitor em relação ao parecer jurídico e assinatura dos documentos pelos entes envolvidos. Não necessariamente nesta ordem.

Nessa toada, o Acordo de Cooperação Técnica entre UFFS - Campus Realeza e o IFPR - Campus Capanema, apresenta-se de grande interesse e relevância para a comunidade regional, uma vez que oferece o crescimento de oportunidades e vagas para a expansão de cursos e manutenção das ofertas já existentes. A análise sobre este processo, e o “porquê” dele, faz parte da continuidade deste trabalho.

2.1 ACORDO DE COOPERAÇÃO UFFS E IFPR: UMA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Para compreender na prática o processo de relações interorganizacionais e sua importância, principalmente para o setor público, nesta parte do trabalho far-se-á um breve análise de conjuntura que visa entender todo o processo de criação do Curso de Administração Pública na UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) – Campus Realeza, a partir do Acordo de Cooperação Técnica entre o IFPR (Instituto Federal do Paraná) – Campus Capanema e a UFFS – Campus Realeza. Como objetivos específicos desta parte do trabalho, visa-se analisar o(s) acordo(s) firmado(s) entre as instituições envolvidas, entender o papel do Acordo de Cooperação Técnica, compreender a função que está desenvolvendo atualmente e, quais são as suas reais possibilidades e metas a cumprir, o que nos permitirá apresentar projeções de melhorias a partir da análise feita.

Para tanto, entende-se que a melhor forma de iniciar tais análises é a partir da constituição do instrumento jurídico em 2020, a partir de demandas sociais e institucionais que se reivindicavam à criação de um Curso de Administração Pública para atender as demandas locais e regionais. Diante disso, foi constituído o Acordo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal da Fronteira Sul e o Instituto Federal do Paraná (IFPR), de autoria da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) – Campus Realeza e, ajustado entre ambas as partes, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento de atividades relacionadas à criação e ao fortalecimento de cursos de graduação, cooperação em atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoamento das atividades administrativas entre as entidades. Aperfeiçoando-se a partir das demandas e das leituras sociais.

Para desenvolver a análise desejada, a partir deste momento, usar-se-á como instrumento uma análise documental, histórico-hermenêutica, tendo como base uma análise de conjuntura, seguindo o modelo apresentado e defendido por Souza (2004) em sua obra “Como se faz uma análise de conjuntura”, além de artigos e livros que sirvam de fundamentação para as análises e projeções devidas.

2.2 UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA

Do que consta a história, Sudoeste do Paraná teve sua colonização oficial atrelada a uma constante presença militar, por motivo de se tratar de região fronteira e conflituosa que remonta o século XVI. Esta referida faixa territorial era composta por terras devolutas próximas da República Argentina, situação que fomentou na década de 1940 uma política varguista de ocupação colonial conhecida como Marcha para o Oeste. Entretanto, vale salientar a presença indígena e cabocla que antecede a chegada dos colonos sulistas de origem europeia, que é muitas vezes omitida pela história oficial de colonização (ZATTA, 2016).

Já como Decreto Lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1943, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO. Com o objetivo de destinar as terras dessa região aos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que inicialmente devido às terras estarem sub judice os habitantes não recebiam título de propriedade, tornando-se posseiros. Dessa forma fica evidente que a região Sudoeste do Paraná foi colonizada por sulistas, com traços europeus, como é possível ver em Boneti (1998, p.92): os “migrantes normalmente de origem europeia, imbuídos de uma racionalidade utilitarista, tinham como meta a acumulação e a consolidação da propriedade privada”.

Desta colonização, vem os traços trabalhistas. A região sudoeste tem na atividade agrícola sua principal marca, se destacando pela forte presença de agricultores familiares, e pela criação de aves de corte, suínos, bovinos, produção de leite e de ovos de galinha, conformando uma estrutura de produção de proteína animal, conjugada à presença do cultivo de grãos, majoritariamente, soja e milho. (IPARDES, 2009)

Nesse sentido, a região Sudoeste do Paraná é na sua grande parte baseada na agricultura, sendo a indústria assentada no ramo alimentício, seguido da madeira - com tendências incipientes de diversificação em atividades de maior sofisticação. Numa perspectiva positiva, as características históricas de associativismo, principalmente relacionados às diversas formas de organização do meio rural, bem como, a identidade regional fortalecida a partir dessa capacidade de organização, apresentam-se como subsídios importantes para que a região responda aos desafios impostos. Contudo, em uma perspectiva negativa, é possível vislumbrar dificuldades quanto ao aumento da monocultura de commodities, o acaba por enfraquecer as características associativistas, concentrando a renda nas mãos de latifundiários e conseqüentemente diminuindo estabelecimentos da agricultura familiar, aspecto formador desta região.

Nessa toada, a estrutura social do Sudoeste do Paraná foi ao encontro com o Acordo de Cooperação Técnica, uma vez que os campi consorciados apresentam características comuns e complementares que facilitam sua associação: todos se localizam em cidades de pequeno porte, em torno das quais orbitam um conjunto importante de municípios, tendo como setor estruturante de suas economias a atividade agrícola, especialmente aquela representada pela agricultura familiar; todos possuem perfis idênticos de estudantes ingressantes nos cursos; todos se encontram em região de fronteira; as cidades que abrigam a todos possuem indicadores socioeconômicos bastante semelhantes em termos de renda per capita, IDH, coeficiente de Gini, etc. Assim, esta proximidade geográfica e semelhança constituem-se em fatores preponderantes da indução desta iniciativa, por facilitar a implementação e a operacionalização de ações com vistas à maior integração de várias atividades acadêmicas e administrativas.

2.2.1 Acontecimentos

Tendo em vista o sucateamento da educação no final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o advento do governo Lula, em 2003, traz as emendas parlamentares como forma de manter uma relação favorável entre o governo e congresso, fomentando o chamado presidencialismo de coalizão. Nesse sentido, o governo “Lula 1” cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), buscando uma contrapartida em relação ao aumento do número de vagas no ensino superior e também de bolsas em instituições privadas.

Porém, é apenas no segundo mandato do governo Lula, que inicia-se em 2006, que o Reuni “toma corpo” com a destinação de dividendos - do então descoberto Pré-sal - para a criação de novas Universidades e Institutos Federais. É nessa “maré” positiva que os movimentos sociais pró universidade pública (MST, Via Campesina, Sindicatos, Assesoar, entre outros), e universalidade de ensino, se unificam e clamam por instituições públicas que atendam aos anseios dos movimentos populares, e que estas instituições sejam descentralizadas (a maioria das instituições públicas estavam nos grandes centros) da mesma forma, que as mesmas sejam diferentes dos modelos clássicos, pois acredita-se que não consigam atender as necessidades das regionalidades. Assim, na região sudoeste do Paraná, os representantes dos movimentos sociais uniram-se a estas pautas e passaram a solicitar uma universidade que fosse capaz de atender a fronteira sul, que por ora se encontrava desassistida por instituição pública de ensino superior.

Nesse contexto que se cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), primeiramente com 4 Campis (dentre os quais Realeza não estava no projeto original), e que, após parcerias e conexões políticas do então Prefeito Municipal de Realeza-PR Eduardo Gaievski, inclui-se no orçamento público a criação de mais um campi da UFFS, a qual acontece na cidade de Realeza-PR.

Assim, em 15 de setembro de 2009 cria-se a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) de Realeza-PR com uma equipe diretiva oriunda da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), sendo que o campus Realeza é inicialmente contemplado com os cursos de graduação em: Medicina veterinária, Nutrição, Licenciatura em Ciências Naturais e Licenciatura em Português/Espanhol.

A UFFS é criada com características singulares em relação ao ingresso na instituição, bem como em relação aos componentes curriculares, os quais são divididos como: domínio comum, conexo e específico. O objetivo desta universidade desde o início foi promover a inclusão dos mais vulneráveis (ou seja, bônus e cotas para alunos advindos de escola pública, baixa renda e cotas para alunos pretos, pardos e indígenas), objetivo este que vem aos poucos sendo atingido através das cotas presentes no projeto institucional, bem como pelos programas de inclusão pró-imigrante.

No entanto, a proposta de moradia estudantil nunca saiu do papel, sem contar nas inúmeras dificuldades que os alunos ingressantes no campus Realeza enfrentam quanto a especulação imobiliária e de modo geral na aceitação dos *outsiders* pela sociedade local, muitos vezes vistos apenas como possibilidade de lucro, mas ao mesmo tempo indesejados pela cultura patriarcalista e conservadora muito presente nesta região.

Ao mesmo tempo, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2012 previa novas possibilidades de cursos de graduação, assim como nas propostas do Plano de Expansão Interna e Externa da UFFS campus Realeza, onde na 3ª sessão Ampliada e Conjunta dos Conselhos de Campus e Comunitário, realizada em 19 de setembro/2014, se apresentou 15 propostas de cursos, entre eles Administração Pública e Pedagogia, mas com o advento do corte de investimentos em educação em 2015 e posteriormente o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rouseff, tudo ficou mais difícil.

Apesar desses acontecimentos, devido a demanda regional e dos esforços dispostos em prol da expansão da UFFS - Campus Realeza, em 26 de fevereiro de 2021 a criação dos cursos de graduação em Administração Pública e Pedagogia foi oficializada pelo Conselho Universitário da UFFS com a publicação das Decisões Nº 2 e 3/CONSUNI/UFFS/2021 em 01 de março de 2021.

Figura 1 - Banner de divulgação da Aula Inaugural do Curso de Administração Pública

AULA INAUGURAL

BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Tema: A Administração Pública e o desenvolvimento regional: perspectivas e desafios

Convidados:

- Leonardo Secchi, professor da UDESC e presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública;
- Célio Bonetti, diretor executivo da Agência de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná

Dia 17 de junho, às 19 horas

Evento on-line aberto ao público em geral, sendo transmitido pelo Canal da Assessoria de Comunicação do Campus Realeza, no link www.youtube.com/ascomre

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS REALEZA

Fonte: Jornal Novo Tempo, 2021.

No entanto, o mesmo só foi possível através da consecução do Acordo de Cooperação Técnica entre a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) e o IFPR (Instituto Federal do Paraná). Este acordo foi crucial para a criação do curso, visto que potencializou o serviço público que ambas as instituições prestam à sociedade brasileira e à região sudoeste de forma mais específica, seja por meio da ampliação da oferta de cursos de graduação (a exemplo do Curso de Administração Pública) e pós-graduação e principalmente através do compartilhamento de infraestrutura física e humana na produção e geração de conhecimento.

O acordo veio então para atender uma demanda da UFFS – Campus Realeza, concomitantemente ao PDRI – Plano de Desenvolvimento Regional Integrado (Sudoeste do Paraná) ciclo 2019-2029, bem como atender ações do PDI – UFFS de 2012. Para isso, dentre as ações prioritárias da proposta, estavam o fortalecimento do curso de Licenciatura em Matemática do Campus Capanema e a criação do curso de Comércio Exterior no Campus Barracão, assim como a criação dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e de Bacharelado

em Administração Pública do Campus Realeza (estes últimos ainda em tramitação na época junto ao Conselho Estratégico Social da UFFS).

2.2.2 Atores

Os principais atores impactados pela demanda do curso são a comunidade regional como um todo, em especial os órgãos públicos, organizações da sociedade civil, associações, cooperativas, gestores públicos, movimentos sociais, entre outros. Sendo que a oferta do respectivo curso veio para contribuir com a qualificação da gestão fiscal em prol do desenvolvimento regional, na necessidade de equilíbrio e ajuste de contas públicas, qualificação de gestores públicos e aqueles vinculados a associações, cooperativas, sindicatos e demais envolvidos no processo de andamento do curso.

No processo de surgimento da proposta de curso até a sua realidade, é importante pontuar a influência da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná, que apontou a necessidade da graduação no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI) ciclo 2019-2029. Além disso, o engajamento da UFFS, Campus Realeza na pessoa do seu Diretor professor Marcos Antônio Beal, Conselho de Campus e demais envolvidos, juntamente com a comunidade regional fizeram da expansão dos cursos de graduação do *campi* Realeza uma realidade. Vale frisar que o momento pandêmico (pandemia de COVID-19) em que o curso foi criado, demonstra a persistência das partes envolvidas, levando em consideração a escassez de recursos públicos e enaltece a relevância do Acordo de Cooperação Técnica entre o IFPR, Campus Capanema e a UFFS, Campus Realeza no atingimento dos objetivos.

Ainda sobre as origens da criação da UFFS, os movimentos sociais através de sua unificação, encamparam a luta pela criação da universidade, uma vez que a interiorização do ensino superior no chamado cone sul brasileiro não aparecia nas pautas relacionadas às políticas educacionais. Nessa toada, a junção de movimentos sociais em especial voltados para a agricultura familiar, viram no governo Lula a sensibilidade em relação à ampliação ao acesso educacional associado ao processo de reestruturação da educação pública, uma possibilidade ímpar de propor uma IFES com características próprias e marcada pela inclusão social. Nesse contexto, posteriormente nasce o Curso de Administração Pública como projeto de expansão da universidade, mas também como demanda proposta por movimentos sociais, em contribuição a gestão pública do Sudoeste do Paraná e entorno.

O governo Lula sempre se mostrou alinhado às causas sociais, o que se revelou favorável e, de certa forma, motivador da criação da UFFS. No que se refere à implantação de um campus da UFFS no município de Realeza/PR, é importante lembrar que para além dos movimentos sociais e do governo federal, houve uma grande articulação do então Prefeito Municipal de Realeza/PR Eduardo Gaievski junto aos gabinetes em Brasília/DF. Essa articulação se deu pela relação de amizade que o Prefeito possuía com o então Ministro das Comunicações do governo Lula, Paulo Bernardo. Sendo os recursos para construção do novo “Campi” incluídos na despesa orçamentária do governo federal, tornando a proposição do conjunto de atores uma realidade.

2.2.3 Relações de forças

No envolvimento da criação do Curso de Administração Pública pesou muito os números precários relacionados a gestão fiscal do Sudoeste do Paraná, o que originou relações de cooperação entre entidades regionais em nível macro, associada às justificativas plausíveis levadas do campus demandante até a reitoria da IES envolvida. O bom trânsito, e engajamento dos interessados no projeto, fizeram com que a proposta se tornasse viável e aprovada pelos conselhos, mesmo no momento sensível que o país vivia.

Levando em consideração que o Sudoeste do Paraná não possuía até então um Curso de Administração Pública, e que necessitava de iniciativas de controle social, ficava evidente a junção de forças nas relações de domínio e subordinação para tornar realidade a instalação do Curso de Administração Pública no campus Realeza.

Com a criação do Curso de Administração Pública, os beneficiários passaram a ser os estudantes, os professores e a comunidade regional como um todo. Uma vez que o processo formativo está comprometido com a redução das desigualdades sociais, com a justiça social e com os desafios vinculados à diversidade regional e cultural.

Já os maiores prejudicados foram as algumas IES que acabaram tendo uma opção a mais (concorrência) de graduação, o que por vezes diminui os discentes em suas ofertas de curso. Nesse aspecto, é importante mencionar que houve até mesmo resistência interna do campus Realeza na aprovação do curso de Administração Pública, justamente porque os próprios cursos da “casa” já vinham sofrendo com a baixa procura discente.

É importante ressaltar também, que a comunidade realezense ainda não aceita de forma satisfatória a UFFS como parte importante de seu município, o que agrava com a

chegada do Curso de Administração Pública, pois simboliza para alguns setores de resistência uma ameaça, ou intromissão, nos processos atualmente realizados.

De qualquer modo, as relações de força vieram em alguma medida para contribuir com a iniciativa de criação do curso de Administração Pública, pois esclareceram a necessidade da demanda e aprimoraram a proposta inicial, fazendo com que os *stakeholders* conhecessem suas fraquezas, forças, oportunidades e ameaças. Posto isso, é importante frisar a importância que os atores/líderes têm na efetivação dos acordos interorganizacionais, no que diz respeito à influência e aos recursos (humanos, financeiros, sociais, estruturais e técnicos) despendidos para que nasça uma parceria. Para Grin (2016, p. 482):

[...] na definição de políticas públicas, as unidades internas e as pessoas interagem exercendo influência, controle ou poder umas sobre as outras. A persuasão, o intercâmbio e a autoridade são os métodos mais comuns no jogo de poder intragovernamental. Por isso que um “sistema de governo é um sistema de autoridade” definido por mecanismos de comando e ajuste mútuo entre organizações que negociam entre si, visando atender seus interesses por meio de mediação, confronto ou cooperação. [...]

Como foi possível perceber até aqui, o processo de criação do Curso de Administração Pública da UFFS - Campus Realeza se apresenta exitoso como Acordo de Cooperação Técnica, neste caso, vínculo entre a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) Campus Realeza e IFPR (Instituto Federal do Paraná) campus Capanema. Esta análise de conjuntura buscou percorrer o processo de concepção do curso, a partir do contexto de criação da própria instituição, mas principalmente da origem da demanda em relação ao território que está inserida. Isso permitiu identificar as dificuldades que uma universidade com características interioranas possui em detrimento às instituições localizadas em grandes centros, com modelos tradicionais de ensino e oferta de cursos elitizados. Mas ao mesmo tempo, essa análise permite enxergar com clareza a força e a importância dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada na luta pela desconstrução da dominação cultural, mas também atinente ao desenvolvimento local e regional do Sudoeste do Paraná, ao mesmo tempo, permite enxergar a importância dos acordos interorganizacionais entre serviços públicos para driblar a falta de investimento e outros desafios que se colocam ao longo do processo.

Fica evidente, por exemplo, que a caminhada de construção do Curso de Administração Pública na UFFS - Campus Realeza, foi edificada por movimentos sociais, comunidade regional e pela clara necessidade de um território carente de gestores públicos capacitados, e mais do que isso, efetivada pela cooperação interorganizacional entre entes que prezam pela educação pública e pela ampliação da oferta do ensino interiorizado.

Enfim, é notória a importância da celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre a UFFS e o IFPR, pois enaltece a interação dos atores envolvidos em prol da solidificação educacional da região Sudoeste do Paraná, bem como, oferece suporte estrutural e técnico profissional para realização das atividades inerentes ao andamento do Curso de Administração Pública no Campus da UFFS em Realeza/PR. Em tempo é importante enfatizar que, a adoção de soluções cooperativas com objetivo formativo, impactam no desenvolvimento institucional de ambas as instituições envolvidas e ampliam sua participação social.

3. NECESSIDADES E POTENCIALIDADES DO ACORDO A PARTIR DO CONVÊNIO UFFS-IFPR

A cooperação interorganizacional, principalmente através de acordos de cooperação entre instituições de ensino, tem se expandido no sentido de fortalecer o ensino, pesquisa e extensão em nível macro, principalmente através de acordos internacionais. Para Paiva (2019, p.17):

[...] o acordo de cooperação acadêmica internacional é o instrumento que formaliza as intenções e relações interinstitucionais com fins de colaboração acadêmica, técnica e científica. Memorando de entendimento, protocolo de intenções, acordo de cooperação, termo de cooperação técnica, termo de transferência de material, convenção de estágio, duplo diploma, cotutela são alguns dos formatos e usos desse gênero documental, que elenca os termos comuns por que serão balizadas as ações acadêmicas interinstitucionais, tendo em vista seus interesses descritos em cláusulas muito similares àquelas de um contrato entre partes.

Além disso, fica notória sua importância em todas as ações institucionais pensadas de forma conjunta, algumas vezes motivadas por dificuldades unilaterais, mas que de forma unânime oferecem melhorias nos serviços prestados por ambas as partes envolvidas. Para sustentar a importância de ações dessa natureza é possível, através do Acordo de Cooperação Técnica entre UFFS - Campus Realeza e o IFPR - Campus Capanema, identificar algumas necessidades e potencialidades que essa parceria proporciona a partir de apontamentos feitos segundo as necessidades das instituições de ensino envolvidas e que justificaram o acordo:

Apontamento 01: Mobilidade docente restrita - a mobilidade docente ficou restrita ao Curso de Administração Pública da UFFS - Campus Realeza e ao Curso de Matemática do IFPR - Campus Capanema. Para solucionar esta questão, que tem por objetivo ampliar o escopo de atuação do corpo docente em ambas as instituições, tem-se como Meta 1 do Acordo de Cooperação Técnica que diz “Promover a mobilidade docente, a fim de qualificar as condições de oferta dos cursos técnicos, de qualificação profissional, de graduação e/ou pós envolvidos e de forma a potencializar as atividades de ensino, pesquisa, extensão ou inovação”.

Após observações, foi possível perceber que esta meta foi cumprida apenas parcialmente, sendo necessário a expansão da atuação dos docentes nas mais diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelas entidades consorciadas, independentemente do nível formativo. Para isso seja possível, entretanto, acredita-se ser necessário um maior engajamento e conhecimento da abrangência do respectivo acordo de cooperação técnica e a ampliação do quadro de professores, principalmente por parte da

UFFS, para que seja possível ampliar as possibilidades.

Apontamento 02 - Ausência de orientação em estágios, graduação, pós-graduação ou curso técnico por ambas as instituições: Para solucionar esta questão que tem por objetivo ampliar o trânsito de docentes de e em ambas as instituições, e que inclusive também está presente na Meta 1 (Etapa 2 - Promoção da mobilidade docente entre os Campi para o desenvolvimento de orientação de estágios nos cursos técnicos, de qualificação profissional, de graduação e/ou pós-graduação e; Etapa 3 - Promoção da mobilidade docente entre os Campi para o desenvolvimento de orientação de trabalho de conclusão de curso nos cursos técnicos, de qualificação profissional, de graduação e/ou pós-graduação). Durante a inserção no campo desta pesquisa, percebeu-se que esta meta não foi cumprida em nenhum de seus segmentos, sendo necessária atenção quanto às partes para cumprimento da mesma. Vale salientar a importância na execução dessas atividades, uma vez que representa a troca de conhecimento e o estreitamento dos laços entre as instituições. Para tanto, acredita-se que o compartilhamento de projetos pedagógicos entre as instituições e seu corpo docente, pode ser essencial para que esta meta possa ser atingida.

Apontamento 03 - Não houve oferta de cursos de pós-graduação por ambas as instituições, ou isoladamente, que atendessem o acordo de cooperação técnica e as demandas regionais. Como proposta de solução para essa questão, que tinha por objetivo oferecer cursos a níveis superiores a graduação e que, inclusive, também se encontra presente na Meta 1 do Acordo de Cooperação Técnica - etapa 4 que traz: “Oferecer cursos de qualificação profissional e/ou pós graduação voltados para as demandas regionais”. Tendo em vista o período como estagiário no IFPR, percebeu-se que a respectiva meta não se cumpriu, até existiu uma comissão formada para criação de uma pós-graduação, no entanto, o encerramento das comissões impediu a sequência do projeto. Como estratégia para que esse objetivo seja alcançado, é preciso a retomada das comissões para pensar e criar os respectivos cursos, e se possível por integrantes das instituições envolvidas.

Apontamento 04 - Ocorreu de forma tímida o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e/ou inovação entre os servidores dos campi com o propósito de enfrentar de forma articulada os problemas regionais. Esta questão, tem por objetivo propor ferramentas para o enfrentamento de demandas comuns entre os *Campi*, inclusive presente na Meta 2 do Acordo de Cooperação Técnica, é preciso um maior envolvimento pelas partes consorciadas, no sentido de apresentar propostas conjuntas para atender as necessidades locais e os problemas regionais. No desenvolvimento da observação e análise no campo de estágio, percebeu-se que esta meta apareceu de forma superficial durante a atual

vigência do Acordo de Cooperação Técnica e precisa ser melhor trabalhada junto aos servidores dos *Campus* envolvidos. Talvez, um envolvimento mais estreito entre as duas instituições com a comunidade local, seria importante para um melhor diagnóstico e amplitude de ideias e propostas a serem desenvolvidas.

Apontamento 05 - Não ocorreu a prospecção e submissão de projetos conjuntos a órgãos de captação e fomento, conforme proposto na Meta 2 - Etapa 4. Para enfrentar tal carência, é necessário o adensamento das atividades entre os entes, de forma a ultrapassar a barreira da mobilidade docente, até então entendida como objetivo único de trabalho do referido acordo. Para isso, novamente é preciso reorganizar o acordo, para que o mesmo seja entendido e trabalhado de forma conjunta, inclusive na busca de recursos que possam fomentar as instituições.

Apontamento 06 - No que se refere a Meta 3 - Etapa 1, “Organização de momentos destinados à troca de conhecimentos e de know-how entre o corpo técnico-administrativo de ambas as instituições”, a partir deste trabalho, percebeu-se que momentos conjuntos como este não ocorreram. Para solucionar e atingir esta meta, é preciso a comunicação entre as autarquias e a colaboração da equipe técnico-administrativa para a realização de encontros produtivos. Talvez uma construção de agendas conjuntas possa constituir também mais possibilidades de trocas de experiências e construções conjuntas.

Apontamento 07 - Ainda se tratando da Meta 3 - agora nas etapas 2 e 3, “Organizar (2021) e executar (2022-2025) ações de capacitação em conjunto, ministradas pelo próprio corpo técnico administrativo, para atender demandas comuns; e articular ações de aprendizagem em serviço, desenvolvidas em campus diferente daquele da lotação do servidor”, no que se refere a este ponto, percebeu-se que não aconteceu capacitações conjuntas e tão pouco ações de aprendizagem em serviço. Ponto este que demonstra a necessidade de conhecimento das potencialidades do acordo firmado, mas que também externaliza a carência de TAES (Técnicos Administrativos em Educação), prejudicando ainda mais o cumprimento das metas do Acordo de Cooperação Técnica.

Apontamento 08 - Na Meta 4 - Etapa 1, “Compartilhamento dos Laboratórios para realização de aulas práticas”, tive a informação, a partir de minha imersão nesta pesquisa, que esta etapa foi cumprida algumas vezes, mas de forma bem restrita ao que poderia ser trabalhado neste ponto, é importante frisar que houve a mobilidade de estudantes do IFPR para a UFFS e não ao contrário. Nessa etapa, acredita-se ser necessário trabalhar a amplitude de ações e projeções de extensão dos projetos, de forma a proporcionar uma via de mão dupla na busca pelo conhecimento entre entes consorciados.

Apontamento 09 - Referente a Etapa 2, “Compartilhamento de equipamentos de laboratório, na forma de empréstimo, para o desenvolvimento de atividades práticas dos diversos cursos” e a Etapa 3, “Compartilhamento das demais estruturas das entidades envolvidas neste acordo, sob demanda e com aprovação das direções de campi” presentes na Meta 4 do Acordo de Cooperação Técnica, observou-se que não ocorreu empréstimo de equipamentos de laboratório e compartilhamento de estruturas, somente uso do laboratórios e espaços para reuniões, para além disso não houve outra interferência nesse quesito do acordo. Aqui é importante enaltecer novamente a subutilização do acordo firmado ou até mesmo o desconhecimento das respectivas abrangências do documento, algo que precisa ser trabalhado pelas equipes diretivas das entidades.

Nessa perspectiva, percebeu-se e indica-se que é necessário uma maior compreensão e conhecimento da abrangência e potencialidade de um Acordo de Cooperação Técnica conforme o trabalhado, uma vez que permite a otimização de recursos, estruturas, troca de conhecimento, experiências e principalmente pode fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão entre as instituições.

Para isso, é de extrema importância que o mesmo seja retomada entre os educadores de ambas as instituições em diversos momentos de partilha durante o ano, incentivando aos docentes pensar projetos conjuntos e de aproveitamento da relação entre estas instituições, seus discentes e docentes. E este é o primeiro apontamento tirado em relação aos acordos de cooperação técnica entre instituições de ensino: um acordo deve estar alinhado constantemente com professores e educandos, para que todos, cientes de suas potencialidades, possam aproveitar ao máximo seus benefícios.

Para além disso, a iniciativa cooperativa trazida para esta pesquisa consegue mostrar a abrangência das potencialidades que oferece de forma a dinamizar as relações dos envolvidos, mas também expõe necessidades representadas através de lacunas, que embora não esperadas, surgem no decorrer de sua efetivação. Mas isso também representa a força da gestão social, ainda mais quando nascida entre entes com finalidades comuns, como é o caso do Acordo em questão. Para Tavares (2022, p.65), por exemplo:

[...] a gestão social corresponde e surge ao mesmo tempo de contextos sociais e organizacionais de uma esfera de ação de atores sociais, num espaço socialmente construído por grupos sociais que se unem enquanto espaço de organização da sociedade civil para buscarem os meios para atingir os objetivos que lhes são comuns, e por isso formam uma organização social.

Participar da gestão social é também ter consciência da realidade que se está inserido,

para poder incidir de forma crítica sobre as necessidades impostas pelas organizações. Além de compreender claramente se os interesses estão interligados, de forma a fazer com que os objetivos/metasp sejam trabalhados e conseqüentemente alcançados conforme planejado.

Ainda sobre a gestão social nas relações interorganizacionais, vale lembrar da importância da participação coletiva na tomada de decisão, no sentido de entender as fragilidades e necessidades de cada envolvido para tornar a atuação mais assertiva. Sobre essa temática, Tavares (2022, p.70) tem a nos dizer que,

A tomada de decisão coletiva é uma das características da gestão social, assim como base da gestão social, o consenso coletivo não se constitui em um acordo em que os atores sociais negam suas diferenças, mas que elas são preservadas e respeitadas. Porque, fazer parte de uma organização social é buscar os interesses comuns que unem as pessoas, sem negar suas especificidades, mas o pensar coletivo sobrepõe o pensar individual.

Isso significa que as relações interorganizacionais mobilizadas a partir de demandas sociais e institucionais, requerem atores engajados com a causa coletiva, bem comum e com ações que promovam o fortalecimento institucional atrelado à missão dos envolvidos. Nesse sentido, Tavares (2022, p.85) nos orienta:

O processo de articulação de uma organização para o processo de mobilização, requer um arranjo interorganizacional que faça sentido para os diversos atores sociais para que estes possam participar, porque se enxergam e dão sentido à ação. É uma construção que deve refletir os interesses plurais daqueles que compõem a organização.

Fica notório que a sinergia entre os envolvidos exerce forte influência sobre o sucesso das parcerias, pois faz com que as ações e atitudes sejam articuladas e envolvam todos no cumprimento dos objetivos a que se propõe o ajuste interorganizacional. Dessa forma, os acordos de cooperação técnica são de grande importância para suprir as necessidades dos cursos desenvolvidos nas instituições públicas de ensino, sejam elas quanto a constituição, manutenção e aperfeiçoamento de ofertas.

Nesse sentido, olhando por todo o caminho feito até aqui, desde o situar o conceito de interorganizacional, passando pela leitura do mundo atual e o exemplo da relação entre a UFFS e o IFPR, é possível responder a pergunta chave deste texto: qual a importância de um acordo de cooperação técnica para a constituição, manutenção e aperfeiçoamento dos cursos desenvolvidos nas instituições públicas de ensino? A proposta cooperativa, como exemplificou-se acima, é de suma importância pois estreita laços, promove a troca de conhecimento e experiências, enriquece o aprendizado, otimiza estruturas e principalmente

fortalece as instituições. Tudo isso, quando olhado no campo da educação pública, reflete diretamente na ampliação de oportunidades e na entrega de um produto educacional à comunidade acadêmica. Bem como, permite driblar os constantes desafios das trocas de metas diante das trocas de ideologias governamentais.

Ao mesmo tempo, também é possível perceber que os desafios e limitações para a implementação de um Acordo de Cooperação Técnica são grandes, e em sua maioria partem do rito burocrático da formalização, do aceite das cláusulas/condições pelos envolvidos, da aprovação pelas comissões, organização da agenda dos profissionais, dificuldade na mobilidade técnica, estrutural, docente e discente, conflitos de interesses, indisponibilidade unilateral, resistência interna quando ao cumprimento de metas e continuidade do acordo, troca de gestão nos entes, entre outros.

Contudo, vale reforçar que: por trás de tantos desafios e limitações, existem potencialidades capazes de ampliar e fortalecer a oferta de cursos, promover o desenvolvimento de novas pesquisas e concomitantemente o fortalecimento do arcabouço científico institucional, aproveitar/capacitar o conhecimento técnico, ampliar atividades extensionistas e prospectar projetos conjuntos.

Enfim, as relações interorganizacionais são por vezes desafiadoras, uma vez que envolvem relações sociais que nem sempre são fáceis de conciliar, mas ao mesmo tempo solidifica projetos institucionais por serem capazes de complementar a carência umas das outras, e que na maioria das vezes resultam em resultados de sucesso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Curso de Administração Pública na UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) campus Realeza origina-se de uma demanda regional, mas se torna uma luta institucional do campus devido a necessidade da direção do campus em contribuir com o território atendido e pela necessidade de expansão de cursos de graduação. Ainda mais quando se trata de um curso tão importante para o desenvolvimento da região sudoeste do Paraná.

O poder público de Realeza/PR ainda atualmente externaliza muita resistência em relação ao papel social da universidade, por muitas vezes a instituição encontra dificuldades de acesso e parcerias com entes públicos locais, sejam eles de transporte universitário, vias urbanas, projetos de extensão, debates conjuntos, entre outras vias de mão dupla que poderiam beneficiar ambos os lados na solução de problemas comuns.

A própria sociedade realezense na sua grande maioria, ainda alimenta um receio pela universidade, o que por vezes desperta aversão ao projeto institucional e se apresenta com casos isolados de discriminação, xenofobismo, homofobia e até racismo. Nesse sentido, o campus Realeza vem sofrendo muito com essas relações de forças locais, oriundas do patriarcalismo, conservadorismo e da própria polarização política que contamina a sociedade em detrimento da educação pública.

Entre tantas relações de forças travadas cotidianamente na UFFS, no campus Realeza e no próprio Curso de Administração Pública, pode-se dizer que a rejeição da sociedade e do poder local é algo muito intrigante em relação à história de criação da IFES. Sabendo que a instituição teve seu nascimento nos movimentos sociais, fica difícil entender o motivo pelo qual ainda não foi efetivamente bem acolhida por Realeza/PR. Mas isso, será um papel também dos próprios gestores públicos que aos poucos vão chegar ao mercado e ajudarão a entender e reverter tal situação.

A concretização do curso através da união de forças, em prol do anseio local e regional, mostrou-se exitosa mesmo diante das dificuldades de implantação, pois embora tenha sido complicada a relação do campus com a sociedade e o poder local, o curso se apresenta muito benéfico até mesmo na desconstrução desse embate social. Afinal, a proposta do curso de Administração Pública permitiu o aproveitamento de corpo docente do campus Realeza, concomitantemente com a celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre IFPR

(Instituto Federal do Paraná) campus Capanema e UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) campus Realeza para abertura das primeiras turmas.

Partindo de um cenário realista em relação ao Curso de Administração Pública, é possível que a graduação se solidifique cada vez mais, com continuidade e renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições, ampliação gradativa do corpo docente em áreas específicas e oferta de 30 vagas para entrada anual de estudantes no curso, com crescente procura. Nesse cenário, os egressos do curso vão aos poucos se capilarizando pela sociedade civil, atingindo o objetivo principal do curso, que é profissionalizar a administração pública e a *res* pública.

Já na ótica de um cenário otimista, é possível que o Curso de Administração Pública se solidifique ao ponto que ocorra o cumprimento de todas as metas previstas no Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições, implantação de programas de pós graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) na área do curso, possibilidade de aumento das 30 vagas de entrada para a graduação, surgimento de uma pós graduação lato sensu no campus Realeza na área de Administração Pública, criação e manutenção da incubadora de políticas públicas e do observatório social do sudoeste, o que fortalecerá o tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão.

E por fim, na pior das hipóteses em relação ao Curso de Administração Pública, é possível que não se consiga abrir códigos de vagas para entrada de novos docentes para o curso e conseqüente fim do Acordo de Cooperação Técnica entre UFFS - Campus Realeza e IFPR - Campus Capanema, o que pode comprometer seriamente a continuidade do curso. Além de uma hipótese de baixa procura discente pela graduação ou até mesmo a aprovação do Projeto de Lei Nº 4.505/2021 que prevê o desmembramento da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) e transformação dos campis da UFFS no Paraná na Universidade Federal do Iguaçu (UFI), o que também pode causar um desarranjo no processo institucional da universidade.

Diante destes cenários, ao retomar a pergunta que essa pesquisa se propõe, é mister apontar que durante o percurso deste trabalho foi possível apresentar respostas aos principais conceitos, a partir de indagações básicas, mas que falam muito da importância dessa temática e suas relações para a consecução de parcerias.

A análise de conjuntura, que aborda em contexto geral a criação da UFFS e - em especial - aponta atores e cenários que culminaram na realização de um Acordo de Cooperação Técnica para tornar realidade o Curso de Administração Pública, bem como, necessidades e potencialidades de um acordo de cooperação, expandindo para uma visão mais

ampla da importância de acordos de cooperação, particularmente no que se refere às instituições de ensino, contribui para entender na prática, diante dos desafios políticos e econômicos da atualidade, os caminhos possíveis e os caminhos evitáveis para movimentos desta envergadura.

Portanto, como conclusão sobre a questão norteadora, define-se que é de grande relevância o estabelecimento de parcerias cooperativas que visem a união de objetivos e recursos entre instituições, sendo que a questão investigada nesta pesquisa externaliza claramente esse quesito. Contudo situações como carência de recursos humanos e corpo técnico, conflito de horários, falta de acompanhamento quanto ao cumprimento de metas e principalmente desconhecimento dos termos firmados na parceria, prejudicam o efetivo andamento de acordos cooperativos.

Com isso, indica-se também aqui, a importância de criar e/ou potencializar ferramentas que permitam a troca de experiências entre entidades que sintam a necessidade de desenvolver acordos de cooperação. No sentido de contribuir para a agilidade de novos processos, mas também, no sentido de permitir que os processos, novos e atuais, consigam aperfeiçoar o andamento dos acordos, facilitando tanto o sistema de gestão e desenvolvimento de atividades entre instituições públicas, mas também, possam servir de referência para a comunidade em geral.

Diante disso, e tendo em vista que o tema de pesquisa trouxe a importância da cooperação interorganizacional, especialmente quando se trata de um acordo de cooperação técnica para a constituição, manutenção e aperfeiçoamento dos cursos desenvolvidos nas instituições públicas de ensino. A experiência da escrita deste trabalho proporcionou a aproximação da realidade profissional na minha área de formação, de forma a despertar o planejamento e desenvolvimento de técnicas que engajam entes públicos em favor de objetivos comuns.

Esse objeto de pesquisa se apresenta como muito relevante, pois como noticiado frequentemente pelas mídias, o corte de recursos da educação tem sido constante. E firmar parcerias com objetivos comuns em prol da educação, sem dúvidas é uma justificativa nobre para estudar essa questão.

Positivamente, a abordagem dessa proposta oportuniza o estudo de um caso concreto através de bibliografias e do percurso que a educação pública está tomando, no sentido estrutural. Também é possível pressupor que essa pesquisa solidifique a educação pública através da ampliação do número de vagas e da união de esforços.

A cooperação interorganizacional é um tema em ascensão atualmente, principalmente

entre organizações privadas e entre instituições de ensino nacionais e internacionais. Quando se trata de cooperação técnica a nível local, a abrangência de estudos fica restrita, justamente por ser uma temática em construção. Nessa perspectiva, é muito válido trabalhar essa questão tendo em vista a lacuna do campo de estudos em instituições de ensino interiorizadas.

Tratar dessa pesquisa traz o ineditismo do trabalho, justamente por abordar a cooperação interorganizacional com características peculiares e em especial por levar a proposta de expansão de cursos e vagas com esta ferramenta de gestão visando a consecução do Curso de Administração Pública na UFFS - Campus Realeza. Nesse quesito, como estudante do referido curso tive a curiosidade de pesquisar sobre, uma vez que sendo aluno da primeira turma seria interessante inaugurar esse momento com um trabalho voltado para a efetivação da graduação.

Por fim, cabe pontuar a importância da solidificação e ampliação dos cursos e vagas da UFFS- Campus Realeza, como relevância social. A formação de profissionais alinhados com as necessidades regionais e capazes de se inserirem no campo de trabalho preparados para exercer sua profissão de acordo com princípios éticos e morais.

REFERÊNCIAS

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. **PARECER N. 00004/2016IDEPCONSu/CPCV/PGF/AGU**. Convênios e outros ajustes. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013. Acesso em: 13 de Setembro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-1/arquivos/PARECERN000042016DEPCONSUCPCVPGFAGU.pdf>

AMITRANO, Cláudio Roberto, M. M. Y. Araújo, C.H. M. Santos. **Carta de Conjuntura**. 2024. N°66 - Nota de Conjuntura 23, . Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/03/250328_cc_66_nota_23.pdf. Acesso em: 02 de abril. 2025.

ÁVILA, H. A. SANTOS, M. P. S. **A utilização de cenários na formulação e análise e políticas para o setor público**. Revista Administração Pública. Rio de Janeiro. 22(4): 17-33. Out./dez.1988.

BALESTRIN, A., VERSCHOORE, J. R., & Reyes Junior, E.. (2010). **O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil**. Revista De Administração Contemporânea, 14(3), 458–477. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000300005>

BALESTRIN, Alsones. **Redes de cooperação empresarial : estratégias de gestão na nova economia [recurso eletrônico] / Alsones Balestrin, Jorge Verschoore. – 2. ed. – Porto Alegre : Bookman , 2016. e-PUB.**

BONETI, Lindomar Wessler. **A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná**. In: ZARTH, Paulo. Os caminhos da exclusão social. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998. p. 81-119.

BRASIL. **LEI N° 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004..Acesso em: 13 de Setembro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm

BRASIL. **LEI N° 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil - e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004..Acesso em: 13 de Setembro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm

BRASIL. Inep - **Censo da Educação Superior**. Disponível em; <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 26 de Setembro de 2024.

BULGACOV, Sergio & CASTRO, & Castro, Marcos. **Motivadores dos relacionamentos interorganizacionais**: Estudo na Associação Comercial dos Materiais de Construção de Guarapuava.. RPA Brasil (Maringá), 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, M. de ., Bulgacov, S., & Hoffmann, V. E.. (2011). **Relacionamentos interorganizacionais e resultados**: estudo em uma rede de cooperação horizontal da região central do Paraná. *Revista De Administração Contemporânea*, 15(1), 25–46. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000100003>

CAVALCANTI, Marly. **Gestão social, estratégias e parcerias**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2008. E-book. ISBN 9788502119215. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502119215/>. Acesso em: 01 set. 2024.
CROPPER, Steve [et al]; . **Handbook de relações interorganizacionais da Oxford**. Porto Alegre: Bookmann, 2014. xxii, 706 p. : il. ; 25cm. ISBN 978-85-8260-197-6

BRASIL. **DECRETO Nº 12.120, DE 30 DE JULHO DE 2024**. Acesso em: 22 de Setembro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12120.htm

FRANCO, A. **Ensino Superior no Brasil**. Cenário, avanços e contradições. *Jornal de Políticas Educacionais*. Ed. nº4, Julho a Dezembro de 2008, p.53-63. Disponível em: <https://www2.unifap.br/edfísica/files/2014/12/parte-1-Ensino-superior-no-Brasil-cen%C3%A1rio-avan%C3%A7os-e-contradi%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acessado em: 21 de Maio de 2024.

FRIAS, R. P. C.; SIQUEIRA, R. da C.; XAVIER FILHO, J. L. J.; FERNANDES, N. M. **COOPERAÇÃO INTERORGANIZACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O ALCANCE DA MISSÃO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO**. *Gestão e Sociedade*, [S. l.], v. 15, n. 42, 2021. DOI: 10.21171/ges.v15i42.3497. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestoesociedade/article/view/3497>. Acesso em: 1 set. 2024.

GOVERNO DO PARANÁ. **SUDOESTE PARANAENSE: especificidades e diversidades**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidades.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2024.

GRIN, E. J. **ATORES BUROCRÁTICOS E SUA ATUAÇÃO POLÍTICA NO INTERIOR DA GESTÃO GOVERNAMENTAL**. *RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 475–504, 2016. DOI: 10.18593/race.v15i2.7453. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/7453>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GUAZINA, Liziane; MOURA, Dione Oliveira. **Os rumos do Ensino Superior brasileiro em contexto de crise**: da Declaração de Córdoba aos cortes no orçamento das Universidades. *Comunicação & Educação*, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 1, p. 130–143, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v25i1p130-143. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/164999>.. Acesso em: 30 mar. 2025.

INOJOSA, R. M. **Redes de compromisso social**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, p. 115 a 141, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7628>. Acesso em: 1 set. 2024.

Interorganizacional. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025. <https://dicionario.priberam.org/interorganizacional>. Acesso em: 04 de abril. 2025.

LIMA, A. M. de ., BALESTRIN, A., FACCIN, K., & MARCONATTO, D.. (2019). **The institutionalization of cooperation: An institutional work analysis in a vulnerable community of the Amazon region.** *Revista Brasileira De Gestão De Negócios*, 21(spe), 683–705. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v21i4.4017>

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Gestão de redes de cooperação na esfera pública** / Maria Leonídia Malmegrin. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. Acesso em: 29 de Setembro de 2024. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4642117/mod_resource/content/1/Gest%C3%A3o%20de%20Redes%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20na%20Esfera%20P%C3%ABlica.pdf

MELLO, S. L. M.. (2024). **Políticas públicas em Educação: uma agenda necessária para moldar o nosso futuro.** *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação*, 32(124), e0241241. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362024003201241>

MOTA, Rita de Cassia Cardoso; DELGROSSI, Mauro Eduardo; ABREU, Lucijane Monteiro de. **O papel do financiamento educacional como componente da política pública.** *Revista Foco*, v. 16, n. 4, p. 061, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n4-061. Recebido em: 17 mar. 2023. Aceito em: 19 abr. 2023. Disponível em: <http://www.gestaopublica.unb.br/images/Lucijane/RitadeCassia-FOCO.pdf>, Acesso em: 30 de março/2023.

NOVO TEMPO, Redação. **Curso de Administração Pública promove aula inaugural sobre desenvolvimento regional.** *Jornal Novo Tempo*, Realeza, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.jornalnovotempo.com.br/noticias/educacao/curso-de-administracao-publica-promove-aula-inaugural-sobre-desenvolvimento-regional>. Acesso em: 17 abr. 2025.

PAIVA, R. S. d. S. **Acordos para Cooperação Acadêmica Internacional: Análise e proposta técnico-administrativa para uma instituição de ensino superior.** Dissertação de Mestrado - UFES. Vitória/ES. p.19, 2019.

SCOPINHO, R. A.. (2007). **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais.** *Psicologia & Sociedade*, 19(spe), 84–94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400012>.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas; ZANCAN, Cláudio; CAVALCANTE, Janis Christine Angelina. **Fatores Determinantes das Relações Interorganizacionais nas Parcerias.** *Anais do V SINGEP – São Paulo – SP – Brasil – 20, 21 e 22/11/2016.* Retirado de: <https://www.singep.org.br/5singep/resultado/174.pdf>. Acessado em: 27 de março de 2025.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura social.** 25.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura social.** 25.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

TAVARES, Rose Martins. **Gestão social como prática nas relações interorganizacionais de uma organização social na Amazônia Paraense.**/ Rose Martins Tavares.– Belém, 2022. Tese (Doutorado) – Universidade da Amazônia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2022.

UFFS. **Conselho Universitário da UFFS aprova criação dos cursos de Pedagogia e Administração Pública para Realeza.** Retirado de: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/noticias/conselho-universitario-da-uffs-aprova-criacao-dos-cursos-de-pedagogia-e-administracao-publica-para-realeza#:~:text=O%20Campus%20Realeza%20da%20Universidade,%2FCONSUNI%2FUFFS%2F2021>. Acesso em: 25 de Abril de 2024.

UFFS. **PDRI - Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.** Disponível de: <https://agenciasudoeste.org.br/upload/downloads/pdri.pdf>. Acesso em: 27 de Abril de 2024.

UFFS. **Perfil e Objetivos do Curso.** Retirado de: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/administracao-publica/perfil-do-curso>. Acesso em: 25 de Abril de 2024.

UFFS. **Perfil do Egresso.** Acesso em: 13 Setembro de 2024. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/cursos/graduacao/administracao-publica/perfil-do-egresso>.

UFFS. **Propostas de expansão para o Campus Realeza são definidas em sessão de conselhos.** Retirado de: <https://www.uffs.edu.br/campi/realeza/noticias/propostas-de-expansao-para-o-campus-realeza-sao-definidas-em-sessao-de-conselhos>. Acesso em: 25 de Abril de 2024.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Sistema de Bibliotecas Manual de Trabalhos Acadêmicos** / Universidade Federal da Fronteira Sul. Sistema de Bibliotecas; organização Daniele Rosa Monteiro, Suelen Spindola Bilhar, Daniele Rohr, Jane Lecardelli; revisão Gabriel Nagatani. -- 3.ed. rev., atual. e ampl.-- Chapecó, 2024.

UFJF. Coordenação de Convênios da UFJF. **Perguntas frequentes sobre Acordos de Cooperação.** Disponível em: <https://www2.ufjf.br/convenio/perguntas-frequentes-faq/perguntas-frequentes-sobre-acordos-de-cooperacao/#:~:text=O%20acordo%20de%20cooperacao%20pode%20trabalho%20projeto%20fatividade%20ou>. Acessado em: 24 de Março de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Sistema de Bibliotecas. **Manual de Trabalhos Acadêmicos** / Universidade Federal da Fronteira Sul. Sistema de Bibliotecas; organização Daniele Rosa Monteiro, Suelen Spindola Bilhar, Daniele Rohr, Jane Lecardelli; revisão Gabriel Nagatani. -- 3.ed. rev., atual. e ampl.-- Chapecó, 2024.

WEBERLING SI. **Cooperação Cooperativa: o Ser, o Fazer e o Devir.** Rev adm contemp [Internet]. 2020Nov;24(6):567–81. Available from: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190332>.

WINCKLER, N. C.; MOLINARI, G. T. **Competição, Colaboração, Cooperação e Coopetição:** Revendo os Conceitos em Estratégias Interorganizacionais. Revista

ADMPG, [S. l.], v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/admpg/article/view/13960>. Acesso em: 27 jan. 2025.

WOITCHUNAS, L. F., SAUSEN, J. O . **Fatores Críticos de Sucesso no Processo de Formação, Desenvolvimento e Manutenção de Redes de Cooperação e Suas Relações com o Desenvolvimento Local e Regional**. Acesso em: 15 de Setembro de 2024. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/9/enanpad2005-eorc-0128.pdf (Woitchunas).

ZATTA, Ronaldo. **A COLONIZAÇÃO OFICIAL DO SUDOESTE PARANAENSE E MITO DO “VAZIO DEMOGRÁFICO”**. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1466125179_ARQUIVO_TrabalhoAnpuhPR2016RonaldoZatta.pdf. Acesso em 27 de Abril de 2024.